



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O Presidente

**INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 44º ANIVERSÁRIO DO
25 DE ABRIL DE 1974
PALÁCIO DE SÃO BENTO – 25 DE ABRIL DE 2018**

A Sessão Solene do dia 25 de abril de 2018 é sempre especial para a democracia portuguesa. Mas este ano é ainda mais especial. Porque este ano a Constituição da República, aprovada em 1976, ultrapassa em longevidade a Constituição de má memória de 1933.

Uma prova da maturidade do nosso regime democrático, consolidado pela luta do nosso povo e nascido da coragem liderante dos Capitães do Movimento das Forças Armadas. Aqui deixo pois uma merecida saudação aos Capitães de Abril e à Associação 25 de Abril, na pessoa do Coronel Vasco Lourenço, cuja presença muito nos honra! Éramos todos muito jovens. E ainda aqui estamos 44 anos depois, sempre prontos para os combates da democracia.

As Forças Armadas Portuguesas são um pilar da identidade nacional. Há 44 anos souberam, uma vez mais, interpretar o interesse nacional, derrubando a ditadura e abrindo caminho ao País que hoje somos: um Portugal democrático, solidário e aberto à Europa e ao Mundo.

Há 44 anos, a sociedade portuguesa confrontou-se consigo mesma.

Ter feito parte de uma revolução com os seus triunfos, erros e contradições é um extraordinário momento das nossas vidas. Tempos inesquecíveis. Não deitámos o lixo para baixo do tapete nem deixámos esqueletos no armário ou fantasmas no sótão.

Dessa fase revolucionária nasceu uma sociedade mais democrática, mais justa e mais coesa, que hoje se celebra um pouco por todo o país, nesta festa popular e nacional que é o 25 de Abril.

A coesão nacional e a língua, o ambiente de segurança, o clima de confiança e estabilidade democrática são hoje inegáveis vantagens comparativas de Portugal.

Algumas destas vantagens são estruturais; outras, como a recuperação da confiança, são mérito de responsáveis políticos.

Permitam-me que, a este propósito, destaque aqui o papel que tem sido desempenhado pelo Senhor Presidente da República, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

Digo-o aqui ao seu lado, e digo-o onde for preciso!

Tem uma importante quota-parte nos méritos dos resultados de Portugal nos últimos anos. E uma relação exemplar com a Assembleia da República e os outros órgãos de soberania.

Portugal tem desafios estratégicos próprios que vão além do tempo das legislaturas e que devem ser abraçados desde já, com o maior consenso possível.

Os compromissos estratégicos em nada prejudicam as divergências programáticas existentes. Pelo contrário. Quem está seguro dos pontos de divergência está, também, em melhores condições para se entender naquilo que ultrapassa as grandes orientações de política económica e social.

A democracia tem necessários momentos de compromisso e não dispensa o confronto das alternativas. Julgo até que a saúde do nosso sistema partidário assenta, justamente, nesta capacidade de gerar alternativas claras.

Quarenta e quatro anos depois, o regime democrático português mostra que tem sempre soluções, mesmo nas condições mais difíceis.

Em 2019, o 25 de abril faz 45 anos. Caminhamos a passos largos para meio século de democracia.

É um momento oportuno para um exercício coletivo de memória e para uma mobilização democrática com sentido de futuro.

A Assembleia da República, dentro dos seus recursos próprios, estará na linha da frente desse exercício.

Porque entendemos, fiéis ao inconformismo de Abril, que o projeto da liberdade, da democracia e da solidariedade é sempre um projeto inacabado.

Porque sabemos que não há melhor regime do que a democracia - e porque acreditamos que o melhor da democracia ainda está para vir.

Abril anunciou-se com três Ds: Democratizar, Descolonizar, Desenvolver.

A Descolonização foi durante muito tempo quase matéria tabu, e a experiência colonial objeto de recriações fantasiosas.

Finalmente, com a nova geração de Abril, surgiu um olhar crítico sobre esse passado colonial, hoje presente nas artes plásticas, no cinema ou nas ciências sociais.

O desafio agora é trazer essa discussão para um outro patamar, capaz de fomentar no espaço público uma cultura histórica democrática e cosmopolita.

Pela nossa parte, Assembleia da República, não deixaremos de contribuir para a promoção dessa cultura histórica.

O colonialismo é um tema que não será esquecido no próximo ano, em que se assinalam os 150 anos da abolição da escravatura em todo o império português.

Faremos o mesmo exercício de memória em relação aos outros dois Ds: Democratizar e Desenvolver.

Desenvolvimento. Ao longo destes 45 anos muitos direitos políticos, económicos, sociais e culturais passaram do texto constitucional para a vida quotidiana dos portugueses.

É impressionante o caminho feito.

Portugal desenvolveu-se bastante nestes 44 anos.

Vivemos agora, em 2018, um novo ambiente político, económico e social, depois de um período muito complexo, com profundos impactos na pobreza e na exclusão social.

Quando penso nesse período não deixo de me admirar com a força das nossas instituições, e com o papel notável que o sindicalismo e os contrapesos constitucionais desempenharam.

Estamos hoje, felizmente, perante indicadores que nos animam. E não me refiro apenas a indicadores macroeconómicos e financeiros, porventura mais conhecidos de todos.

Portugal atingiu o nível de desigualdade mais baixo de sempre. E no entanto somos ainda um dos países com mais desigualdade na União Europeia.

O risco de pobreza baixou, e baixou em especial entre as famílias com crianças, um grupo sempre vulnerável e particularmente atingido pela crise. E no entanto somos ainda dos países com mais pobreza na União Europeia.

Um país marcado por níveis elevados de pobreza e desigualdade é um país com contas menos equilibradas e com menos potencial de crescimento.

Damos tanta visibilidade às entidades dedicadas à avaliação dos défices económicos... Por que razão não havemos de ouvir com a mesma atenção o que nos dizem aqueles que se dedicam aos défices sociais?

A revolução de Abril é herdeira dos valores da liberdade, igualdade e fraternidade.

Somos uma sociedade solidária, como poucas. As liberdades cívicas têm avançado como em poucos países. Mas temos de reconhecer que no capítulo da igualdade ainda temos um longo caminho a percorrer.

E aqui entra o D da democracia.

O sistema político português compara bem em termos de desempenho com outros sistemas democráticos.

Por exemplo, o caminho para a paridade entre homens e mulheres nas instituições ainda não está completo, mas tem sido muito importante, como pudemos testemunhar neste hemiciclo.

E ainda bem que assim é, porque o 25 de Abril também foi feito pelas mulheres e para as mulheres!

Mas é de facto muito ao nível das desigualdades económicas e sociais que o desempenho democrático tem de melhorar.

Ainda no último Eurobarómetro, víamos que 96% dos portugueses consideram excessivas as diferenças de rendimentos no nosso País.

Nesse sentido, além das prestações sociais, da fiscalidade, dos serviços públicos, nomeadamente do nosso grande SNS, além disso, temos porventura de atuar a montante: na pré-distribuição, nas condições de representação e negociação do mundo do trabalho perante as transformações laborais, tecnológicas e globais que atravessamos.

Seria, no entanto, redutor resumir algum desencanto democrático global a uma explicação meramente económica e social.

Não ignoremos o carácter autónomo da política, nem respondamos ao regresso da política com marketing e tecnocracia.

Sobretudo, não respondamos à desconfiança sobre as instituições democráticas com lógicas que só servem para diminuir a atividade política aos olhos dos cidadãos.

A resposta está na questão social e estará também na renovação democrática das instituições.

Nenhum preconceito, nenhuma ideia-feita, nenhuma mentira, devem ficar sem a resposta dos democratas.

São desejáveis as críticas e até admissíveis os ataques políticos ao Parlamento e aos Deputados. Não são aceitáveis ataques de carácter, qualquer que seja o alvo. De qualquer Grupo Parlamentar ou Partido Político.

Enquanto for Presidente da Assembleia da República, os ataques injustos terão sempre resposta. E as críticas corretas serão sempre impulso para a mudança.

É a pensar no futuro da democracia e nas novas gerações que estamos a desenvolver aqui em frente, na Casa Amarela da Assembleia da República, o projeto do Centro Interpretativo, uma homenagem ao constitucionalismo e à democracia, que esperamos inaugurar em 2019, assinalando assim da melhor maneira os 45 anos do 25 de abril.

Pergunto-me também se a Assembleia da República não deveria dar um sinal mais forte no sentido do reforço das oportunidades de participação política.

Temos pouca gente a participar muito e muita gente a participar pouco.

Devemos avaliar seriamente a possibilidade de alargamento do âmbito da limitação dos mandatos e das acumulações de cargos, e ponderar incentivos eficazes à dedicação exclusiva no Parlamento.

É tempo de fazermos essa reflexão, de ouvirmos a sociedade civil, para que na próxima legislatura se possa decidir com segurança.

Não quero terminar sem antes voltar a saudar, com emoção, o Senhor Presidente da República, o Senhor Primeiro-Ministro, os membros do Governo, os líderes dos Partidos Políticos e das Direções Parlamentares, os deputados, funcionários, jornalistas e convidados aqui presentes.

A todos, digo:

Viva o 25 de Abril!

Viva a Democracia!

Viva Portugal!